

A trajetória da economia brasileira no período 2003-2010: entre o conservadorismo macroeconômico e a agressividade distributiva

Antônio Albano de Freitas¹

Artigo submetido às **Sessões Ordinárias**

ÁREA 2: HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA

Subárea: Economia brasileira contemporânea

Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar, de forma crítica, o desempenho econômico brasileiro no período 2003-2010. Para tanto, três frentes são abertas: em primeiro lugar, consideram-se os problemas relacionados à inflação e à política fiscal. Logo após, analisa-se o balanço de pagamentos e a respectiva restrição externa do país. Por fim, ao destacar o elemento distributivo como principal fator de dinamismo da economia brasileira recente, o trabalho aponta caminhos e barreiras que impõem limites estruturais ao desenvolvimento econômico nacional.

Palavras-chave: Economia Brasileira Contemporânea; Desenvolvimento Econômico; Distribuição de Renda; Acumulação de Capital.

JEL: O11; 014; 054

Abstract

The aim of this paper is to evaluate, in a critical manner, the Brazilian economic performance in the period from 2003 to 2010. With this purpose, three channels are opened: at first, it is considered the problems related to inflation and fiscal policy. Afterwards, it is analyzed the balance of payments of the country and its respective external constraint. In the end, by highlighting the distributive element as the main factor of dynamism in the recent Brazilian economy, this work, finally, reveals ways and barriers that impose structural limits to the economic development of the country.

Keywords: Contemporaneous Brazilian Economy; Economic Development; Income Distribution; Capital Accumulation.

1. Introdução

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da República com votos de mais de 50 milhões de brasileiros. A posse de Lula, indiscutivelmente, representava não só a ascensão da esquerda ao poder, através do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também uma mensagem de

¹ Pesquisador da FEE-RS e Doutorando do IE/UFRJ. Endereço Eletrônico: antonio.freitas@ppge.ie.ufrj.br.

mudança na conduta da política e da economia brasileira, visto o caótico desempenho apresentado no período passado. Antes mesmo de se eleger, entretanto, Lula, e o PT de modo geral, abandonaram algumas bandeiras que historicamente carregavam. Como exemplo desta “moderação”, pode-se citar o documento “Carta ao povo Brasileiro”, lançado em junho de 2002, e a “Nota sobre o Acordo com o FMI”, divulgada em agosto deste mesmo ano². Com o intuito de ganhar a eleição e governar, além disso, Lula fez alianças, com partidos de centro-direita, como o Partido Liberal (PL), e buscou o apoio de representantes das elites tradicionais, como Antonio Carlos Magalhães e José Sarney.

Esta realidade, por sua vez, embora tenha, de fato, decepcionado parte dos eleitores do PT e parte de seus militantes, delineou precisamente o que viria a ser o período 2003 – 2010, isto é, um período marcado intrinsecamente pela contradição, no qual rupturas e mudanças radicais foram postas de lado, mas, ao mesmo tempo, avanços pontuais foram conquistados.

Posto isto, é possível afirmar que este artigo tem como objetivo discorrer acerca da dialética conservação-transformação presente no país ao longo do período 2003-2010. Afora esta introdução, o trabalho se subdivide em três tópicos: (i) Inflação, câmbio e política fiscal; (ii) Crescimento e restrição externa e (iii) Distribuição e mercado doméstico.

Ainda que um recorte entre o primeiro e o segundo governo Lula não tenha sido feito de maneira explícita, espera-se que o leitor, ao final do artigo, perceba a aproximação do segundo governo rumo a políticas mais desenvolvimentistas, sobretudo no que tange ao mercado interno.

2. Inflação, Câmbio e Política Fiscal

O Sistema de Metas de Inflação (SMI) no Brasil, instituído em meados de 1999, tem por objetivo única e exclusivamente, através de autoridade monetária, controlar a inflação, isto é, garantir que ela permaneça dentro de um intervalo pré-definido no ano calendário. De acordo com a visão consensual que rege este sistema, pode-se sintetizá-lo em três proposições³:

- (i) O núcleo ou tendência da inflação é resultado de choques de demanda;
- (ii) A taxa de juros é operada com o objetivo de controlar a demanda agregada;
- (iii) Variações na taxa de câmbio ocorrem como efeito colateral das mudanças nas taxas de juros.

² No primeiro documento o partido se comprometia a preservar a política de superávit primário a todo custo para impedir que a dívida interna aumentasse e, supostamente, destruísse a confiança na capacidade do governo em honrar os seus compromissos. No segundo, de modo análogo, o partido prometia respeitar o acordo com o FMI negociado no final do governo Fernando Henrique Cardoso.

³ A visão consensual sobre o processo inflacionário, como será visto mais adiante, tem como elemento central a existência de excesso de demanda no mercado de bens e fatores. Este tipo de análise é consistente com a abordagem tradicional neoclássica, que interpreta a inflação como um fenômeno monetário na qual os preços relativos refletem a escassez dos fatores de produção, enquanto a economia tende a um equilíbrio de pleno emprego.

Para que estas três proposições se sustentem, entretanto, é preciso que uma série de pressupostos seja válida. É preciso, por exemplo, que o hiato do produto (e/ou do emprego) afete a inflação de forma sistemática; que os choques inflacionários tenham persistência total, ou seja, que os coeficientes de inércia e de expectativas inflacionárias, somados, se igualem à unidade; que o produto potencial seja independente da evolução da demanda; que os choques de custos sejam aleatórios, causados, por exemplo, por safras agrícolas abundantes ou excepcionalmente fracas e etc. (SERRANO 2010).

Acontece que a evidência empírica para a economia brasileira, no período de 1999 até os dias atuais, não suporta nenhum destes pressupostos e, portanto, o funcionamento do SMI brasileiro se dá de maneira diferente. Antes que se analise este funcionamento, todavia, deve-se discorrer um pouco sobre a literatura econômica que indaga estes pressupostos. Sendo assim, convém ressaltar, em primeiro lugar, que não se observa uma relação empírica sistemática entre o hiato do produto e a aceleração da inflação – nem mesmo com o nível da inflação. Diversos estudos econométricos, neste sentido, têm demonstrado a não significância do hiato do produto na chamada curva de Phillips (FERREIRA & JAYME JR, 2005; SUMMA, 2011; MACRINI & SUMMA, 2011; BRAGA, 2010)⁴. Ou seja, mesmo considerando-se apenas o núcleo da inflação dos preços livres do IPCA, não existe uma relação definida entre a aceleração da inflação e o grau de utilização da capacidade produtiva da indústria (FREITAS, 2006).

O pressuposto de que o produto potencial é independente do produto corrente, por sua vez, é irrevogavelmente refutado pela literatura moderna de séries temporais, tanto no Brasil quanto nos demais países⁵. Além disso, ao se adotar o Princípio da Demanda Efetiva (PDE) abordado por Kalecki e Keynes, não há motivos para não crer que uma elevação da demanda não cause aumento da oferta⁶. O pressuposto de que os choques de oferta são aleatórios, por fim, não se aplica ao Brasil por diversas razões. Como será exposto mais adiante, existe uma série de preços monitorados que durante bom tempo cresceu bem acima dos preços livres⁷. Paralelo a isso, vale lembrar que os preços internacionais

⁴ Alguns estudos apontam, inclusive, que um aumento do desemprego aceleraria a inflação. Ver Banco Central (2008, p.133) e Vernengo, 2008.

⁵ A evidência estatística de uma raiz unitária, isto é, de uma tendência estocástica, no PIB mostra que a tendência do produto é totalmente correlacionada com a evolução do produto corrente, a chamada histerese do produto (BRAGA, 2006).

⁶ De acordo com o PDE, em uma dada economia monetária, a única decisão autônoma é a de gastar (comprar, converter dinheiro em mercadoria), e renda e emprego normalmente derivam da demanda efetiva e, portanto, daquilo que os agentes decidirem autonomamente gastar, a partir de suas expectativas. Assim, quando a renda é determinada pela demanda efetiva, não há nenhuma razão lógica para que a elevação da demanda não se reflita em um aumento de oferta, seja por maior utilização da capacidade instalada, seja pelo aumento desta via elevação da acumulação segundo o processo acelerador. A existência de inflação por excesso de demanda, por outro lado, não está logicamente eliminada, como demonstram os modelos de poupança de *Cambridge*, mas sua existência a curto prazo e persistência a longo prazo dependem de hipóteses muito restritivas. No mundo real, as economias capitalistas costumam operar com capacidade ociosa. Isso permite, a curto prazo, uma resposta adequada da oferta a mudanças do nível de demanda agregada e, a longo prazo, o mecanismo acelerador tende a elevar a taxa de crescimento e, assim, o valor do produto potencial como resposta a elevações do nível de demanda agregada.

do petróleo crescem desde 1999 e os das demais *commodities* desde 2002 impondo, por consequência, crescimento semelhante nos preços dos bens importados e pressionando para cima os preços, no mercado interno, dos bens exportáveis.

No Brasil, como pode ser observado no gráfico 1, a meta de inflação não foi atingida nos anos de 2001 a 2003. Desde 2004, todavia, o governo tem conseguido manter a inflação dentro da meta estabelecida, mesmo no turbulento ano de 2008⁸.

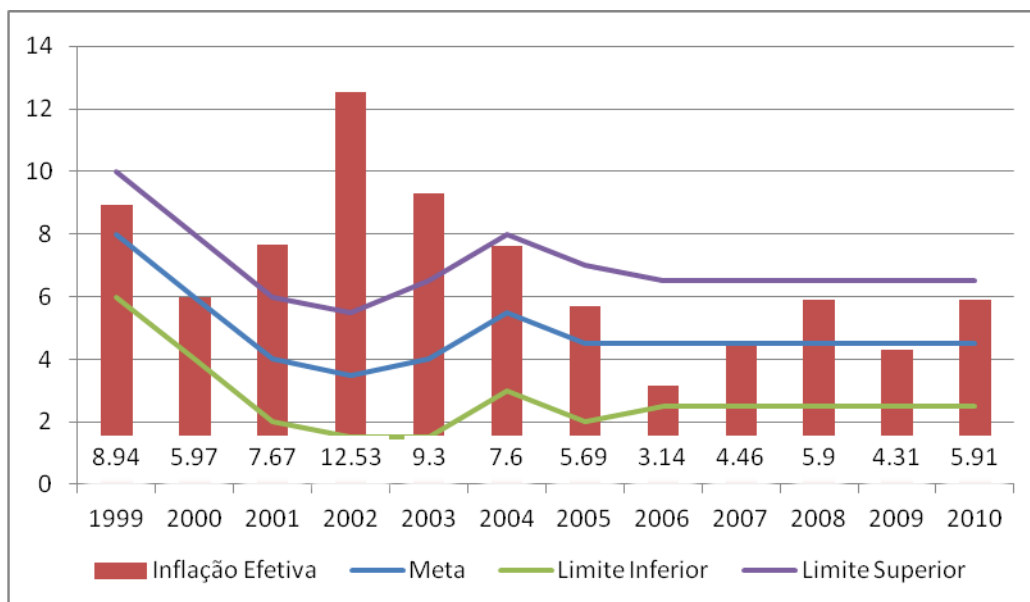


Gráfico 1 - Taxa de Inflação e Meta de Inflação

Fonte: Banco Central do Brasil.

Quando se analisa, por outro lado, a evolução da taxa de câmbio nominal no Brasil percebe-se claramente uma tendência de desvalorização para os anos de 1999 a 2003 e a partir daí uma tendência para uma apreciação quase que contínua – interrompida apenas no turbulento ano de 2008, mas logo em seguida revertida.

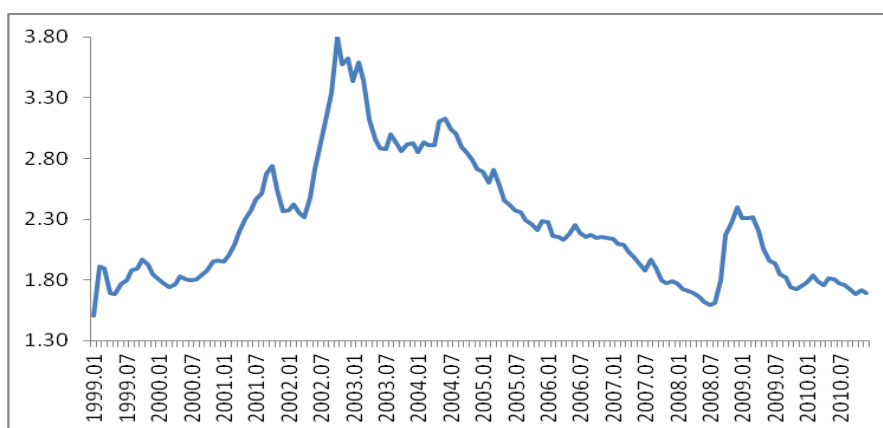


Gráfico 2 - Taxa de Câmbio nominal

Fonte: IPEADATA.

⁷ Grande parte dos preços monitorados é vinculado contratualmente ao IGP-M que, desde 2003, cresce bem mais do que o IPCA, o índice oficial de inflação do governo. Este fato, muito provavelmente, deve ter aumentado, ao longo do período como um todo, as margens de lucro das empresas destes setores.

⁸ Em 2004 a meta só foi alcançada depois de haver uma revisão desta pela resolução 3.108 em 25/06/2003.

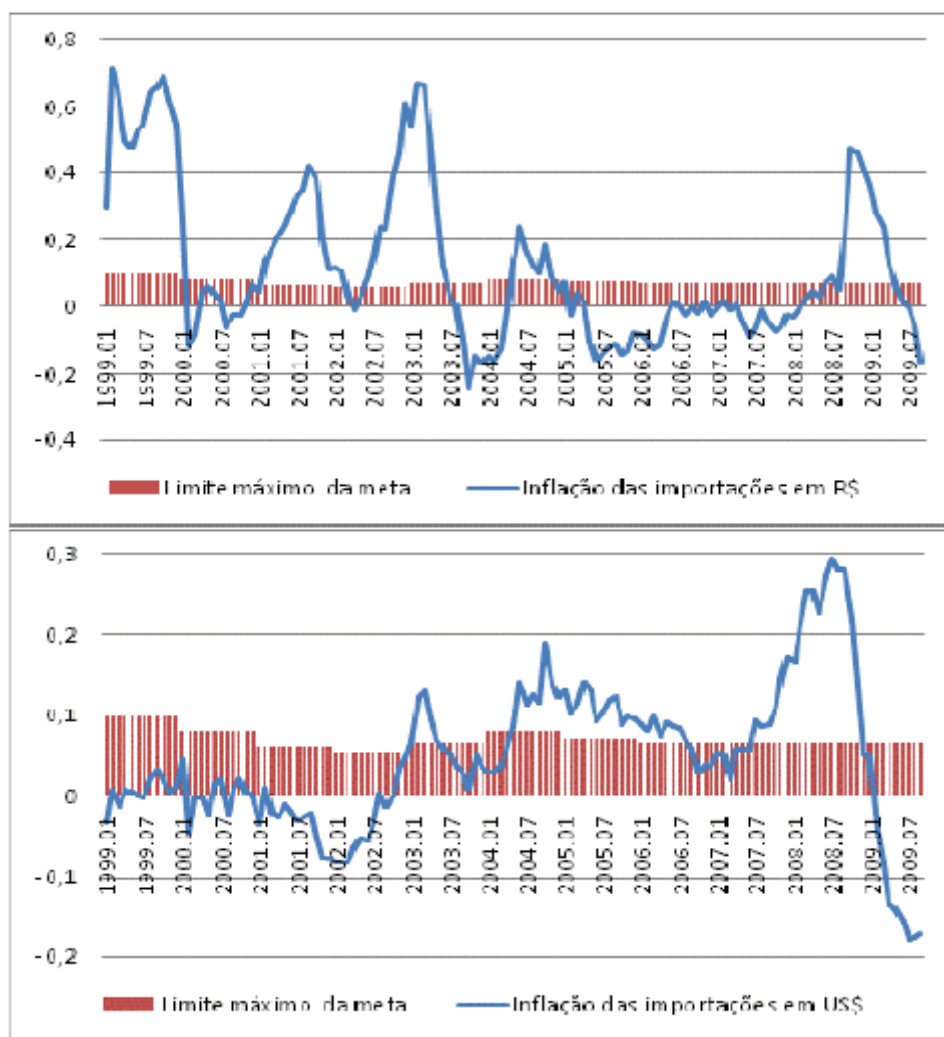


Gráfico 3 - Inflação dos produtos importados pelo Brasil em US\$ e em R\$
Fonte: SUMMA (2011).

De fato, uma simples comparação entre estes dois últimos gráficos revela que em quase todos os anos em que a meta inflacionária foi atingida houve uma apreciação nominal do Real⁹. Nos anos mais recentes, portanto, é a contínua valorização nominal do real, fruto do elevado diferencial de juros interno e externo, quem tem mantido a inflação dentro da meta, a despeito do forte crescimento dos preços internacionais das *commodities* e do petróleo em dólares. Como se nota pelo gráfico 3, por exemplo, a inflação importada medida em dólares ficou acima da meta de inflação no período 2004-2008. As variações na taxa de câmbio nominal, entretanto, conseguiram fazer com que a inflação importada em reais ficasse dentro da meta nesse período¹⁰. O gráfico 4, por sua vez, corrobora com a ideia de que as pressões advindas dos custos têm efeito, sim, sobre a inflação brasileira.

⁹ Às exceções ficam por conta do ano de 1999 (o sistema começou a operar apenas no meio do ano, que, por sinal, já iniciou com uma grande desvalorização cambial) e o turbulento ano de 2008.

¹⁰ Períodos em que a inflação importada medida em reais tenha ficado fora da meta, de modo análogo, estão associados com a taxa de inflação brasileira também fora da meta.

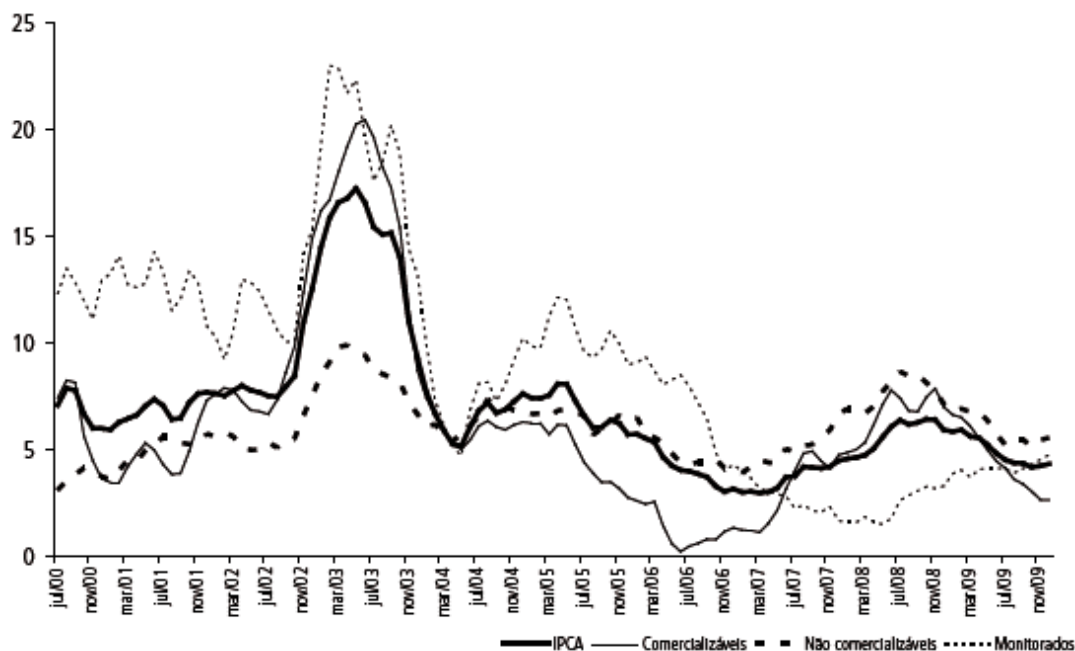


Gráfico 4 - Inflação acumulada em doze meses do IPCA e dos bens comercializáveis, não comercializáveis e monitorados, Jul/2000 a Dez/2009. Em % a.a.

Fonte: IBGE, BACEN.

Até o final de 2006, como se nota, os monitorados são os bens que mais pressionam a inflação para cima. De 2007 até o final de 2009, contudo, a inflação dos monitorados pressiona para baixo o IPCA e as maiores pressões inflacionárias vêm dos não comercializáveis¹¹.

Uma síntese mais realista da dinâmica do SMI brasileiro, por tais razões, deve ter as seguintes características:

- (i) O núcleo da inflação é de custos¹²;
- (ii) As variações na taxa de juros afetam a taxa de câmbio;
- (iii) As variações no câmbio afetam os custos, e posteriormente os preços de todos os setores da economia¹³;

¹¹ Entre os anos 2005 e 2006 ocorreram quebras estruturais, fruto de políticas governamentais, adotadas explicitamente para diminuir a inflação estruturalmente elevada nesses segmentos monitorados. Como, por exemplo, podem-se citar as revisões em regras de reajuste nas tarifas de energia elétrica e telefonia fixa e a tributação variável para diminuir a volatilidade do preço da gasolina. Martinez & Cerqueira (2011), neste sentido, questionam o “crédito” dado ao regime de metas para o êxito no controle inflacionário da década, em decorrência justamente do sucesso de tais políticas alternativas. De acordo com os autores, ademais, o SMI brasileiro, ao pressupor que a política monetária seja eficaz em segurar o aumento dos preços via contenção da demanda agregada, gera distorções no sistema de preços relativos, desfavoráveis aos preços mais sensíveis à política monetária. Dito em outras palavras, se o efeito de uma política monetária contracionista é limitado sobre alguns grupos de bens com muita influência sobre o índice geral, ela deve exercer um impacto sobre os outros preços suficientemente grande para que isso se reflita no IPCA, resultando, assim, em taxas de juros sistematicamente elevadas e com pouca margem para redução.

¹² Outra boa medida para assegurar que não é o aumento dos juros *per se* quem controla a inflação é o fato de que em grande parte do período em que houve uma forte redução no fluxo internacional de capitais, e o consequente aumento na taxa de juros brasileira não veio junto com uma apreciação nominal do câmbio, não foi possível atingir a meta estabelecida de inflação.

¹³ O primeiro impacto é sentido nos preços dos transacionáveis e dos monitorados (estes via indexação ao IGP-M). Em seguida, o impacto dos preços por atacado afeta os custos e os índices de preços “livres” e dos não transacionáveis.

- (iv) O efeito dos juros na demanda agregada não passa de um efeito colateral da política monetária¹⁴.

É bem verdade que uma política de “juro alto e câmbio baixo” tem consequências deletérias para a economia local, tanto do ponto de vista fiscal (desestímulo ao investimento) quanto em relação à competitividade industrial. Todavia, se é justamente a valorização nominal do câmbio quem, atualmente, controla a inflação deve-se ter cautela quando se propaga uma política de desvalorização cambial do real. Nunca é demais lembrar que a inflação é indesejada por várias razões, sendo a principal delas a possibilidade de resultar em redução das rendas contratuais, entre as quais a mais importante é o salário. Em realidade, é importante notar que, devido à indexação dos preços monitorados ao IGP-M, que é muito afetado pela taxa de câmbio, os salários reais médios serão fortemente reduzidos por uma possível desvalorização cambial. É preciso, portanto, que, associado à desvalorização cambial, se concretize a desindexação dos preços monitorados – juntamente com uma taxação, por exemplo, sobre as exportações de alguns bens básicos, o que reduziria, por sua vez, o custo para os salários e geraria melhora da competitividade. Estes conflitos entre taxa de câmbio, inflação e salários reais podem ser amenizados, ademais, por investimentos agressivos em infraestrutura e tecnologia, de modo que se eleve sistematicamente a produtividade, tanto dos setores mais expostos à concorrência externa, quanto dos setores que produzem direta e indiretamente a cesta de bens e serviços relevantes para os salários reais. De fato, como lembra Medeiros, dinamicamente *“só é possível melhorar simultaneamente a competitividade externa e os salários reais se o custo de vida manter-se estável, o que depende da difusão dos aumentos de produtividade para o conjunto dos bens e serviços que majoritariamente o determinam”* (2001, p.195).

No período 2003-2010, no entanto, a exemplo do período 1990-2003, a política fiscal continuou priorizando o superávit primário para controlar/reduzir a relação dívida/PIB¹⁵. Esta última, como se nota na tabela 1, teve um decréscimo de 14 p.p. Mas este acontecimento foi fruto da mesma tendência de anos passados, i.e., política forte de acúmulo de reservas e substituição de dívida externa por interna.

¹⁴ Vale lembrar que uma reação automática de política monetária contracionista, frente à elevação da utilização da capacidade produtiva em uma fase, por exemplo, de aceleração da demanda, com objetivo de combater uma suposta inflação de demanda, pode abortar um processo de crescimento econômico de longo prazo. Alguns autores, ademais, têm enfatizado a existência de *markups* anti-cíclicos na economia brasileira recente, que aumentam quando a taxa de juros sobe, uma vez que aumentam os custos financeiros e de oportunidade do capital. Cabe ressaltar, entretanto, que este fenômeno não afeta a inflação de maneira persistente, mas contribui para o aumento do nível geral de preços e da distribuição funcional da renda em favor dos setores que recebem lucros e juros. A este respeito ver: Silva Filho (2008) e Serrano & Ferreira (2010).

¹⁵ Já nos seis meses seguintes às eleições o governo definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003, e colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB, para o período de 2004 – 2006. Ao final do primeiro governo Lula, contudo, período que coincide com a saída de Antonio Palocci e sua substituição por Guido Mantega como Ministro da Fazenda, houve, rigorosamente falando, um afrouxamento nos superávits primários. Esta diferenciação, que tem conexão com o melhor desempenho da economia brasileira, será melhor abordada nos tópicos seguintes.

Tabela 1 - Dívida líquida do setor público, 2003-2010 (% PIB).

(% do PIB)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida Total	54.8	50.6	48.4	47.3	45.5	38.5	42.8	40.2
Dívida Externa	11.1	7.9	3.2	-1.1	-7.5	-11.0	-9.2	-9.8
Dívida Interna	43.7	42.7	45.2	48.4	53.0	49.5	52.0	50.0

Fonte: Banco Central.

O momento de alta no ciclo de liquidez internacional, neste período, ao baixar as taxas de juros internacionais e propiciar, em consequência, uma queda da taxa de juros interna, sem reduzir significativamente o diferencial entre elas, também foi importante para a redução da relação dívida/PIB¹⁶. Entre 2003 e 2010, por exemplo, o peso dos juros pagos pelo setor público em percentual do PIB reduziu-se em mais de 3 p.p passando de 8,51% do PIB para 5,32%. Este fenômeno, contudo, como mostra o gráfico 5, não impediu que o Brasil abandonasse, em 2010, as primeiras posições no ranking dos países que mais arcam com despesas financeiras.

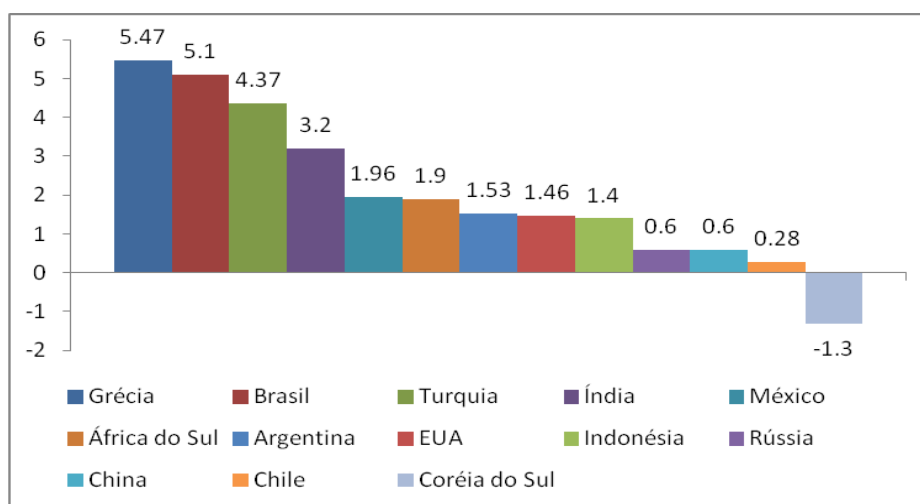


Gráfico 5 - Pagamento com juros da dívida (% do PIB), 2010.

Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU).

Não bastasse, então, este elevado caráter rentista da economia brasileira, tem-se, ainda assim, pelo lado da arrecadação uma verdadeira anomalia nacional. O Brasil, neste sentido, apresenta uma carga tributária comparada à média dos países da OCDE (cerca de 34% do PIB), porém bastante elevada quando se consideram apenas os países de renda per capita similar ao Brasil. O problema central, todavia, não é somente o tamanho desta carga tributária, mas sim sua estrutura. Ou seja, quem financia o Estado brasileiro?

¹⁶ Entre 2003 e 2010 a participação percentual dos títulos públicos federais atrelados à SELIC diminuiu consideravelmente, cerca de 18 p.p. Ainda assim continua em nível bastante elevado, cerca de 28%.

A leitura da tabela 2, com efeito, revela a excessiva incidência de tributos indiretos à custa de baixa tributação sobre a propriedade e a renda. Em 2010, por exemplo, apenas o ICMS preencheu mais de 20% da receita total brasileira.

Tabela 2 - Receita tributária por base de incidência, 2006 – 2010.

Tipo de Base (% do PIB)	2006	2007	2008	2009	2010
Total da Receita Tributária	33.36	33.95	34.11	33.14	33.56
Tributos sobre a Renda	6.21	6.59	7.00	6.59	6.18
Tributos sobre a Folha de Salários	8.03	8.13	8.23	8.63	8.78
Tributos sobre a Propriedade	1.06	1.12	1.12	1.12	1.18
Tributos sobre Bens e Serviços	15.95	15.98	16.62	15.69	16.3
Tributos sobre Transações Financeiras	1.63	1.66	0.7	0.6	0.72
Outros Tributos	0.48	0.47	0.44	0.5	0.41

Fonte: Receita Federal (2011).

Nos países desenvolvidos, de modo oposto, são os impostos diretos quem têm maior peso, justamente, por permitirem ao Estado um maior raio de manobra na distribuição do excedente econômico (Gráfico 6). Aqui, contudo, ao se sobretaxar o consumo perde-se a oportunidade de garantir maior justiça social aos cidadãos¹⁷.

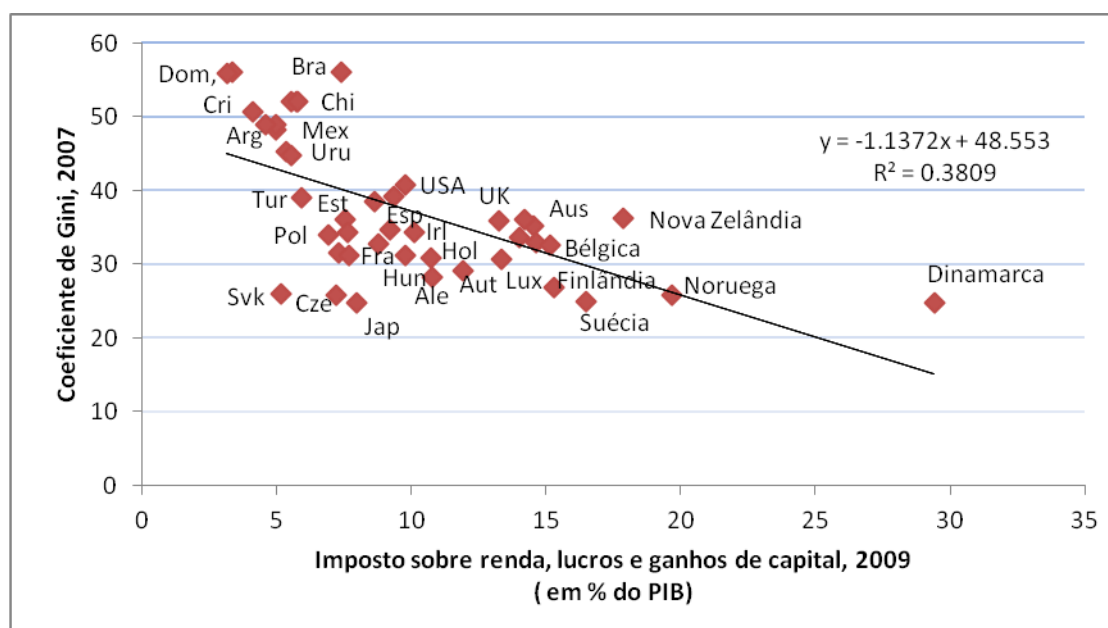


Gráfico 6 - Regressão Linear. Coeficiente de Gini = f (Impostos diretos)

Fonte: Elaboração própria com base no *World Development Indicators* e *Revenue Statistics* OECD.

Postas estas relações entre câmbio, inflação e política fiscal parte-se, agora, para a análise da vulnerabilidade externa, e do respectivo crescimento da economia brasileira no período 2003 – 2010.

¹⁷ Até o ano de 2008 vigoravam no país apenas duas faixas de Imposto de Renda, 15% e 27,5%. Ao final deste ano, por conta da crise, foram incorporadas duas alíquotas intermediárias de 7,5% e 22%. Esta política proporcionou uma desoneração tributária, sobretudo, para a classe média baixa. Macroeconomicamente, representou uma injeção de 0,2% do PIB na renda disponível das famílias brasileiras ao longo de 2009.

3. Crescimento e Restrição Externa

Ao longo dos oito anos de governo Lula a média de crescimento do PIB foi de 4,1%. Uma taxa razoável quando se considera o crescimento de 2,3% do período 1995 – 2002. No quinquênio 2004 – 2008, por sinal, este crescimento atingiu a marca de 4,8%, supostamente indicando que um novo padrão de inserção externa estaria proporcionando à economia brasileira maior solidez e taxas de crescimento econômico sustentáveis (Tabela 3). Uma análise mais minuciosa deste período, entretanto, revela que inicialmente, entre 2002 e 2006, esta expansão foi liderada, sim, pelo *boom* de exportações, no bojo de uma conjuntura internacional mais favorável.

Tabela 3 - Indicadores de Endividamento e Solvência externa, 2003 – 2010.

Ano	Serviço da dívida externa / exportações (%)	Dívida externa total / PIB (%)	Dívida externa total líquida / PIB (%)	Reservas internacionais / dívida total (%)	Dívida externa total / exportações	Dívida externa total líquida / exportações
2003	72.5	38.8	27.3	22.9	2.9	2.1
2004	53.7	30.3	20.4	26.3	2.1	1.4
2005	55.8	19.2	11.5	31.7	1.4	0.9
2006	41.4	15.9	7.0	49.8	1.3	0.5
2007	32.4	14.1	-0.9	93.3	1.2	-0.1
2008	19.0	12.1	-1.7	97.7	1.0	-0.1
2009	28.6	12.6	-3.9	120.3	1.3	-0.4
2010	23.0	12.0	-2.4	112.4	1.3	-0.3

Fonte: Banco Central

Outro importante fator para o resultado da balança comercial brasileira neste período foi o crescimento econômico asiático. A China, em especial, por demandar em grande quantidade o principal produto da pauta exportadora brasileira, as *commodities*, recebe proeminência neste cenário¹⁸. No debate acerca de comércio e desenvolvimento, no entanto, há nítida ênfase nos diversos problemas que são próprios às *commodities*. Dentre eles pode-se citar: a baixa elasticidade-renda da demanda; a pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; o reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades – o que gera maior concentração do excedente e do poder econômico; a concentração da renda e da riqueza, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; a alta volatilidade de preços, e a consequente instabilidade da receita de exportação; a rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos etc. (GONÇALVES, 2012; CIMOLI; PORCILE & ROVIRA, 2010; CIMOLI & ROVIRA, 2008). Não obstante todos estes efeitos, pode-se dizer que a economia brasileira tem aprofundado o que Coutinho (1997) denominara de especialização regressiva. Esta reprimarização, por assim dizer, se é, por um lado, decorrente da conjuntura alta nos preços das *commodities*, é, por outro lado, resultado também da tendência de deterioração do padrão de comércio exterior, determinada pela estrutura das exportações brasileiras de produtos industriais conforme sua intensidade tecnológica. Neste sentido, a análise da tabela 4 mostra-se interessante. Nela

¹⁸ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a participação das exportações para a China no total das exportações do Brasil (%) cresceu de 1.4 em 1999 para 6.2 em 2003, e para 15.2 em 2010.

é possível visualizar que o saldo comercial brasileiro concentra-se nas atividades não industriais e na indústria de baixa tecnologia. O déficit, de modo oposto, nas indústrias de alta e média-alta tecnologia.

Tabela 4 - Saldo de Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões

Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	24.758	33.640	44.708	46.120	40.028	24.746	25.272	20.267
Produtos industriais (*)	17.968	25.511	33.235	32.251	21.958	(1.294)	(5.368)	(30.753)
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	(8.588)	(9.995)	(7.884)	(12.747)	(25.169)	(51.100)	(44.935)	(65.481)
Indústria de alta tecnologia (I)	(5.296)	(7.548)	(8.377)	(11.839)	(15.044)	(21.932)	(18.431)	(26.497)
Aeronáutica e aeroespacial	990	1.755	1.745	1.326	1.784	1.114	401	682
Farmacêutica	(1.781)	(2.093)	(2.281)	(2.718)	(3.764)	(4.642)	(4.566)	(6.378)
Material de escritório e informática	(1.050)	(1.232)	(1.550)	(2.222)	(2.383)	(3.104)	(2.735)	(3.760)
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	(1.910)	(3.968)	(3.884)	(5.295)	(6.629)	(9.786)	(7.056)	(11.394)
Instrumentos médicos de ótica e precisão	(1.545)	(2.009)	(2.408)	(2.930)	(4.052)	(5.513)	(4.475)	(5.646)
Indústria de média-alta tecnologia (II)	(3.292)	(2.447)	494	(908)	(10.126)	(29.169)	(26.504)	(38.983)
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	(1.544)	(1.239)	(945)	(907)	(1.266)	(2.339)	(2.365)	(4.615)
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	4.126	5.695	7.825	7.836	5.736	2.203	(2.915)	(4.525)
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	(4.694)	(6.824)	(6.165)	(6.795)	(10.852)	(20.109)	(12.499)	(16.118)
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	49	(0)	131	(27)	(66)	(767)	(357)	(997)
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	(1.229)	(78)	(351)	(1.014)	(3.679)	(8.156)	(8.367)	(12.728)
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	6.594	10.182	12.257	12.914	11.950	9.648	6.144	(4.712)
Construção e reparação naval	(107)	1.251	172	5	669	1.469	(141)	(46)
Borracha e produtos plásticos	(98)	(176)	(220)	(169)	(318)	(1.144)	(983)	(2.041)
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	200	1	1.227	845	(118)	(2.707)	(50)	(6.940)
Outros produtos minerais não-metálicos	716	989	1.194	1.464	1.414	870	541	249
Produtos metálicos	5.884	8.118	9.884	10.768	10.303	11.160	6.776	4.065
Indústria de baixa tecnologia (IV)	19.962	25.324	28.862	32.084	35.178	40.158	33.423	39.440
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	747	1.029	1.049	933	777	468	216	(116)
Madeira e seus produtos, papel e celulose	4.233	5.061	5.415	5.836	6.488	6.572	5.093	6.497
Alimentos, bebidas e tabaco	11.699	15.474	18.677	21.687	24.647	31.292	27.752	33.266
Têxteis, couro e calçados	3.283	3.759	3.722	3.629	3.266	1.825	361	(207)
Produtos não industriais	6.791	8.129	11.473	13.869	18.070	26.040	30.640	51.019

(*) Classificação extraída de OCDE, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators 2003

Fonte: SECEX/MDIC.

Além disso, a elevada elasticidade renda das importações, característica já ressaltada por Faynzylber (1990) das economias latino americanas, juntamente com a valorização do Real, tem propiciado uma espécie de Industrialização por Substituição de Importações às avessas no país. Isto ocorre pelo fato dos produtos importados ficarem mais baratos que os de produção nacional por certo tempo – o que induz à quebra de muitas empresas nacionais que até então produziam essas mercadorias. Assim, quando a economia retoma suas atividades, volta a crescer por algum motivo, e demanda estes produtos não há outra saída senão importá-los, fenômeno este que ganha força dentro do setor de produtos intermediários e de bens de capital (CARCANHOLO, 2010; CARNEIRO, 2010). No período 2003 – 2006, e em boa parte do ano de 2007, portanto, a economia brasileira se beneficiou do elemento internacional para melhorar sua solvência externa e reduzir sua vulnerabilidade

conjuntural¹⁹. A reversão do cenário internacional, em consequência, volta a expor a fragilidade do BP brasileiro, tanto por uma desaceleração no crescimento das exportações, por conta da recessão mundial, como pela maior oscilação nos preços das *commodities* – seja pelo caráter real da contração na atividade econômica ou pelo caráter financeiro da desvalorização do capital fictício aplicado na especulação dentro do mercado futuro de *commodities*. Por tais razões, já em 2008 o Brasil novamente apresenta déficits em transações correntes, financiados por poupança externa²⁰. Assinale, ainda, que no ano de 2010 o ingresso de Investimento Direto Estrangeiro, aproximadamente US\$ 40 bilhões, não foi o suficiente para cobrir o déficit em transações correntes, o que implicou na dependência da entrada de capitais de curto prazo, extremamente voláteis e suscetíveis às oscilações da conjuntura, para o fechamento das contas externas (Tabela 5).

Tabela 5 - Balanço de Pagamentos do Brasil, 2003 - 2010.

Contas do BP	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Transações Correntes (TC)	4177	11679	13985	13643	1551	-28192	-24302	-47518
Balança Comercial (FOB)	24794	33641	44703	46457	40032	24836	25290	20267
Exportação de bens	73084	96475	118308	137807	160649	197942	152995	201915
Importação de bens	48290	62835	73606	91351	120617	173106	127705	181649
Serviços e rendas (líquido)	-23483	-25198	-34276	-37120	-42510	-57252	-52930	-70630
Serviços (fretes, viagens etc.)	-4931	-4678	-8309	-9640	-13219	-16690	-19245	-31071
Rendas (juros, lucros etc.)	-18552	-20520	-25967	-27480	-29291	-40562	-33684	-39558
Transferências unilaterais	2867	3236	3558	4306	4029	4224	3338	2845
Conta Capital e Financeira (CCF)	5111	-7523	-9464	16299	89086	29352	71301	100102
Investimento Direto	9894	8339	12550	-9380	27518	24601	36033	39962
Investimento em carteira	5308	-4750	4885	9081	48390	1133	50283	64458
Emprést e Financ (curto e longo prazos)	-1549	-10421	-26753	9851	13694	5172	4926	40772
Emprést de regularização (FMI, outros)	4769	-4363	-23271	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Demais setores LP e CP	-6194	-5927	-3351	9990	13832	5172	4926	40776
Demais operações	-8542	-691	-145	6747	-517	-1555	-19941	-42089
Erros e omissões	-793	-1912	-201	628	-3152	1809	-347	-3484
Resultado do Balanço	8496	2244	4319	30569	87484	2969	46651	49101

Fonte: Banco Central.

Outra maneira de se mensurar a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira no período 2003 – 2010 é a partir do seu crescente passivo externo. Este último, com efeito, passa de US\$ 407 bilhões ao final de 2003 para US\$ 1294 bilhões no final de 2010. Já o passivo externo financeiro – passivo externo menos o valor do investimento estrangeiro direto (participação no capital) – aumenta de US\$ 294 bilhões em 2003 para US\$ 916 bilhões em 2010. Considerando-se, então, as reservas

¹⁹ Já em 2007, como se observa no Balanço de Pagamentos brasileiro, o superávit na Balança Comercial não foi o suficiente para cobrir o déficit estrutural na conta de Rendas e Serviços.

²⁰ Em que pese todo o esforço no sentido de uma maior diversificação dos mercados compradores das exportações brasileiras para sustentar o crescimento da balança comercial. Nos últimos vinte anos, convém ressaltar, a nova geopolítica mundial fez com que parceiros tradicionais como os EUA e a União Europeia perdessem peso no total das exportações brasileiras, ao passo que países latinos e asiáticos assumissem maior importância. De acordo com dados do MDIC, por exemplo, entre 1990 e 2011 a participação chinesa e de países do MERCOSUL no total das exportações brasileiras cresceu de 1,22% para 17,31% e de 4,20% para 10,88% respectivamente.

internacionais da ordem de US\$ 300 bilhões, verifica-se que ao final do governo Lula o país estaria “a descoberto” em mais de US\$ 600 bilhões. Aqui cabe uma nota: como a conta de rendas e serviços teve o seu déficit aumentado em todo o momento, em consequência deste desequilíbrio de *estoques*, e no contexto do término da fase ascendente da economia mundial em 2008, a economia brasileira experimenta piora significativa e crescente dos desequilíbrios de *fluxos* no Balanço de Pagamentos (Tabela 6) ²¹.

Tabela 6 - Desequilíbrios de fluxos e estoques, 2003 – 2010.

	Passivo externo bruto (PEB)	Passivo externo financeiro (PEF = PEB - PIED)	Ativos de reservas internacionais (RSI)	Passivo externo de financeiro líquido (PEL=PEF - RSI)	Transações correntes Balanço Pagamentos como % do PIB	Remessas de juros, lucros e dividendos como % da balança comercial
2003	407	294	49	245	0.79	87.6
2004	446	304	53	251	1.76	69.9
2005	499	322	54	268	1.58	64.9
2006	620	411	86	325	1.25	72.6
2007	920	658	180	478	0.12	101.8
2008	692	468	194	275	-1.79	144.1
2009	1080	758	239	520	-1.54	167.5
2010	1294	916	289	628	-2.27	231.1

Notas: PIED = Posição do Investimento Estrangeiro Direto (participação no capital), US\$ Bilhões. Colunas I a IV em US\$ Bilhões.

Fonte: BACEN.

Por fim, resta destacar que no caso específico do Brasil a combinação recente de reprimarização da pauta exportadora, desnacionalização e defasagem tecnológica, expostos acima, apontam para o fenômeno da desindustrialização. No Brasil, entretanto, ao contrário do ocorrido nos países avançados, este feito se caracteriza por ser precoce. Ou seja, a perda de peso relativo das atividades manufatureiras, em termos das escalas setoriais do emprego e do valor adicionado, aconteceu, de forma abrupta, sem que o país atingisse o ritmo de produtividade sistêmica e os níveis de renda per capita similares aos das economias avançadas no momento em que elas iniciaram o seu processo de desindustrialização²².

²¹ Desde 1994 o déficit na conta de Rendas e Serviços é crescente no Brasil. A partir de 2005, contudo, este déficit dá um salto impressionante. Esta inflexão se deve a duas razões: a primeira diz respeito à maturação dos grandes fluxos de investimentos diretos que entraram no país, particularmente em virtude das privatizações ocorridas, sobretudo, no governo FHC e que, mais tarde, implicaram como contrapartida, na expansão das remessas de lucros e dividendos. A segunda razão está relacionada às maiores taxas de crescimento da economia, e recentemente, à eclosão da crise econômica em 2007, que levou empresas estrangeiras atuantes no Brasil a elevarem o envio de capitais para suas matrizes, tendo em vista que boa parte delas foi fortemente afetada por esse evento (Filgueiras et al, 2010).

²² É importante notar que o termo desindustrialização não significa, necessariamente, algo danoso e empobrecedor. No longo prazo, o processo de desenvolvimento econômico naturalmente tende para uma queda contínua do setor secundário, deixando como legado não apenas um setor terciário mais diversificado e sofisticado (cujas atividades, em sua maior parte, atendem ao próprio processo de desenvolvimento industrial), mas também um setor primário muitas vezes caracterizado por participações relativamente baixas de mão de obra e de produto setoriais nos agregados equivalentes, com grande

A peculiaridade da economia brasileira reside, portanto, no fato de que o país não se firmou como um centro de decisão autônomo – uma vez que os produtos de base industrial, tecnologicamente mais avançados, e, sobretudo, os chamados setores de bens de capital, que desenvolvem tecnologia e que são os segmentos mais dinâmicos da atividade industrial, não foram plenamente internalizados no país – e já alcança este processo de “terceirização”. Este inchamento do setor de serviços no Brasil, por sua vez, é explicado, em grande parte, pelo intenso processo de êxodo rural, e o consequente saturamento das grandes cidades, que predominou no país ao longo das décadas de 1950, 1960 e que teve ápice na década de 1970. Em realidade, em virtude desta ‘desruralização’, muitos trabalhadores sem terra que tiveram a oportunidade de conseguir emprego, o fizeram com uma precária qualificação, contribuindo, então, para a abrupta queda na produtividade do trabalho do setor de serviços a partir dos anos 1980 e para a sua informalidade (BÊRNI, 2000).

Como se observa no gráfico 7, o Brasil, dado o seu nível de renda per capita, se caracteriza por ter uma baixa participação da indústria no PIB. Entre 2003 e 2010, ademais, tanto a participação da indústria de transformação no PIB como a população ocupada na indústria foram reduzidas (de 18,02% para 16,23% e de 17,6% para 16,6% respectivamente), o que serve para reforçar a tese da desindustrialização precoce no país (IEDI, 2011; IPEA, Mar/2012).

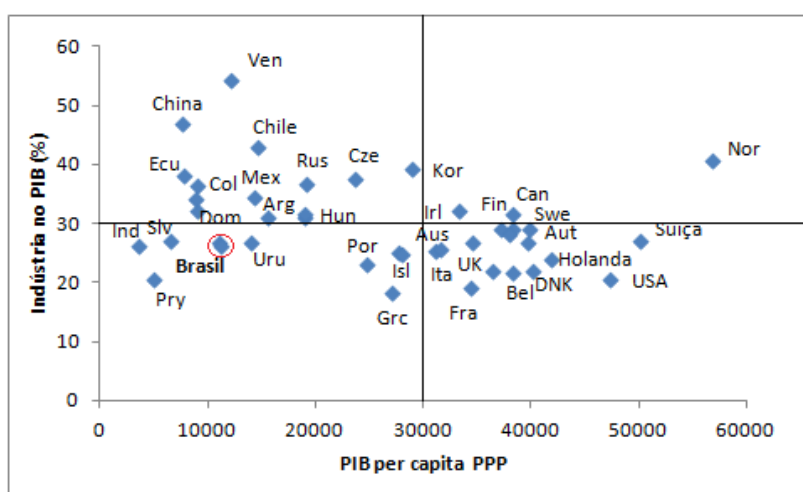


Gráfico 7 - Desindustrialização precoce, 2010.
Fonte: World Development Indicators, 2010.

Esta constatação, contudo, é extremamente perversa ao Brasil, tendo em vista a associação positiva entre expansão industrial e desenvolvimento econômico:

O dinamismo do processo de geração e difusão dos ganhos de produtividade na economia envolve de modo especial as atividades industriais. Isto porque, em primeiro lugar, a própria ampliação das escalas de produção nestas últimas tende a elevar os ganhos de eficiência e a geração de externalidades positivas para além do setor industrial. Em segundo lugar, porque os movimentos de introdução e de difusão de inovações no processo produtivo, responsáveis pelos aumentos sistemáticos (e

sistêmicos) da produtividade na economia, encontram-se umbilicalmente ligados à atividade empresarial na indústria. Em terceiro lugar, porque a produção de novos bens pelo setor manufatureiro estimula, também, a geração de novas atividades no setor terciário da economia, com reflexos positivos sobre a produtividade total dos fatores – por exemplo, a comercialização de novos bens ou o surgimento de serviços de apoio à escala crescente da produção industrial. Além disso, deve-se destacar, ainda, que a atividade manufatureira e, em particular, os ganhos de escala e de produtividade por ela gerados reforçam-se mutuamente, na medida em que constituem fatores decisivos de aumento da competitividade externa na disputa (ou criação) de mercados no cenário internacional. Finalmente, a experiência histórica revela que a maior densidade do setor industrial é fator de significativa relevância para o alcance de maior progressividade no perfil da distribuição da renda nacional, pois é em torno de suas atividades que o movimento sindical acaba por se organizar com mais solidez e consequência para reivindicar os ganhos de produtividade social derivados do desenvolvimento econômico (IPEA, 2012, p.1-2).

Com estas ressalvas acerca do aprofundamento das restrições externas do país, pode-se partir para o tópico que tem sustentado a sensação de melhoria no bem-estar da população brasileira ao longo dos últimos anos, isto é, a distribuição funcional e pessoal da renda e a dinamização do mercado doméstico.

4. Distribuição e Mercado Doméstico

Antes mesmo do período em questão neste artigo, a distribuição pessoal da renda brasileira apresenta melhora. Como se pode visualizar no gráfico 8, desde 1995 o coeficiente de Gini cai de forma contínua (ainda que em um nível bastante elevado). Esta aparente redução da desigualdade, contudo, deve ser diferenciada do movimento que ocorre a partir de 2004, pois, como também visto no gráfico abaixo, entre 1990 – 2003 a parcela salarial na renda decresce substancialmente.

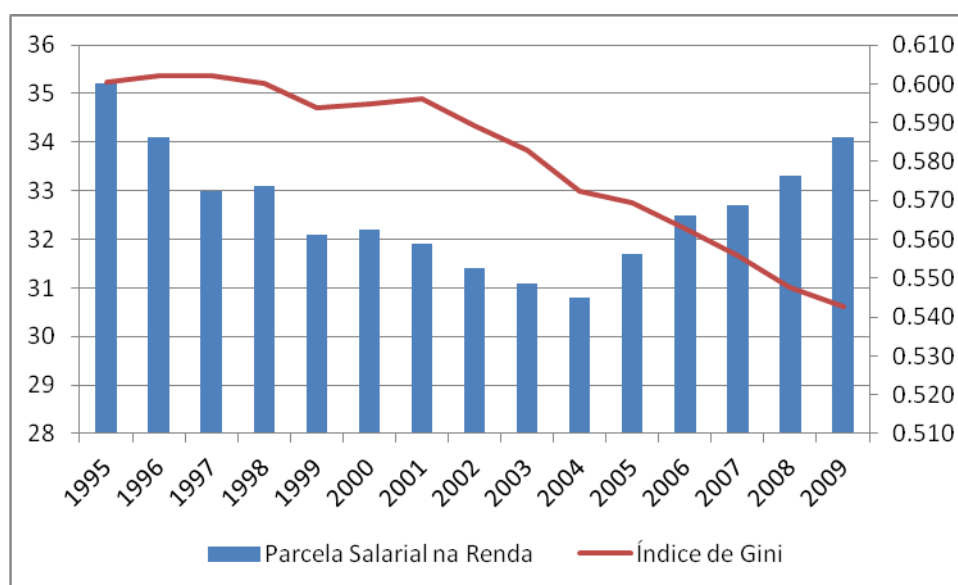


Gráfico 8 - Parcela Salarial na Renda e Coeficiente de Gini

Fonte: IPEADATA.

Antes de se explicar esse suposto paradoxo, porém, é preciso considerar que o Índice de Gini calcula, através de pesquisas domiciliares, apenas as rendas derivadas do trabalho, que contabilizam

somente um terço da renda nacional. Estas pesquisas, além disso, subestimam drasticamente os rendimentos oriundos do capital e da propriedade e ignoram a renda retida dentro do setor empresarial.

Dito isto, é possível afirmar que no período 1995-2004 boa parte da redução do Coeficiente de Gini se deve a dois fatores integrados. Por um lado, ressalta-se o decréscimo no rendimento médio real, por conta do baixo crescimento da economia, das oportunidades de emprego e da queda da parcela salarial. E por outro, a elevação do salário mínimo real. Assim, como aponta Márcio Pochmann (2007, p.75): *“quando o rendimento dos ocupados perde poder de compra e o piso de ingresso no mercado de trabalho aumenta, conforme verificado entre 1995 e 2004, o resultado tende a ser a redução da desigualdade entre os ocupados com renda do trabalho”*²³. A partir de 2004, no entanto, a história se modifica. Como se observa na tabela 7, a taxa de lucro continua a crescer neste período, assim como a produtividade do capital²⁴. A diferença reside na queda da intensidade deste aumento da taxa de lucro, explicado pelo aumento da parcela salarial na renda que, através da elevação do consumo, induz a maiores taxas de investimento e de acumulação do capital – após mais de uma década de estagnação. Em verdade, este movimento, como ficará explícito mais adiante, se processa por via dupla, tendo em vista que as maiores taxas de investimento, através do emprego, também induzem a uma maior parcela salarial na renda.

Tabela 7 - Taxa de lucro, Produtividade do capital e *Wage Share*. Brasil, 1992 – 2008

Variável / Ano	1992	1995	2003	2008
Taxa de Lucro	35.74	43.37	44.3	45.5
Produtividade do capital	0.63	0.70	0.69	0.77
Participação Salarial na Renda	0.43	0.38	0.36	0.41

Fonte: MARQUETTI & FOLEY, 2011.

Em um primeiro momento, como se tentou deixar claro no tópico três, as exportações líquidas têm papel de destaque no crescimento do PIB. Em seguida, com a reversão do cenário internacional, são os investimentos e o consumo que ganham proeminência. Pela especificidade de cada um destes dois últimos, todavia, tratá-los de maneira individual é a forma mais prudencial. Começamos, então, pelo investimento.

²³ De acordo com este último autor 87% da queda no Índice de Gini verificada entre 1995 e 2004 pode ser explicada pela contribuição conjunta do aumento do gasto social e do salário mínimo. Individualmente, o salário mínimo respondeu por 51,4% da redução na desigualdade da renda do trabalho, enquanto o gasto social contribuiu com 48,6% (POCHMANN, 2007).

²⁴ A taxa de lucro de uma perspectiva Marxiana pode ser descrita como $r = \pi / (c + v) = \pi / K$, em que r é a taxa de lucro, π são os lucros totais, c é o capital constante, v o capital variável e K a soma de $c + v$, ou seja, o capital total. Decompondo os seus determinantes pode-se afirmar que $r = (\pi / Y) * (Y / K)$, em que Y é o produto, π / Y é a participação dos lucros na renda e Y / K é a relação produto-capital. Essa decomposição permite que se visualize sobre a taxa de lucro o efeito distributivo – o conflito capital-trabalho na renda nacional – e o efeito tecnológico, ou seja, a produtividade do setor I.

Neste sentido, é digna de nota a expansão das taxas de investimento no segundo Governo Lula. Se no primeiro governo esta taxa se estabelece em torno de 15,9%, no segundo, 2007 – 2010, alcança 18% do PIB. Ainda que o nível desta taxa seja bastante baixo em comparação com os países asiáticos, nada impede que se enfatize esta razoável mudança de trajetória, sobretudo quando se considera a década de 1990 (Tabela 8) ²⁵.

Tabela 8 - Composição do PIB, Brasil, 2003 – 2010.

Composição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Consumo Total	81.3	79.0	80.2	80.3	80.2	79.1	83.5	81.8
Famílias	61.9	59.8	60.3	60.3	59.9	58.9	61.7	60.6
Administração Pública	19.4	19.2	19.9	20.0	20.3	20.2	21.8	21.2
FBKF	15.3	16.1	15.9	16.4	17.4	19.1	17.0	18.4
Variação de Estoques	0.5	1.0	0.3	0.3	0.9	1.6	-0.4	0.8
Saldo em transações com o exterior	2.9	3.9	3.6	2.9	1.5	0.2	-0.1	-1.0
Exportações	15.0	16.4	15.1	14.4	13.4	13.7	11.1	11.2
Importações	12.1	12.5	11.5	11.5	11.9	13.5	11.2	12.2
PIB	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil.

Desde 2004, com exceção do ano de 2009, as taxas de crescimento do investimento têm sido superiores ao crescimento do PIB, o que garante que a maior capacidade produtiva do país seja revertida para o atendimento da demanda doméstica crescente. Destaque aqui para o investimento público em infraestrutura. Entre 2003 e 2010, por exemplo, a variação acumulada deste último quase dobra a variação do PIB (206,95% ante 121,78%).

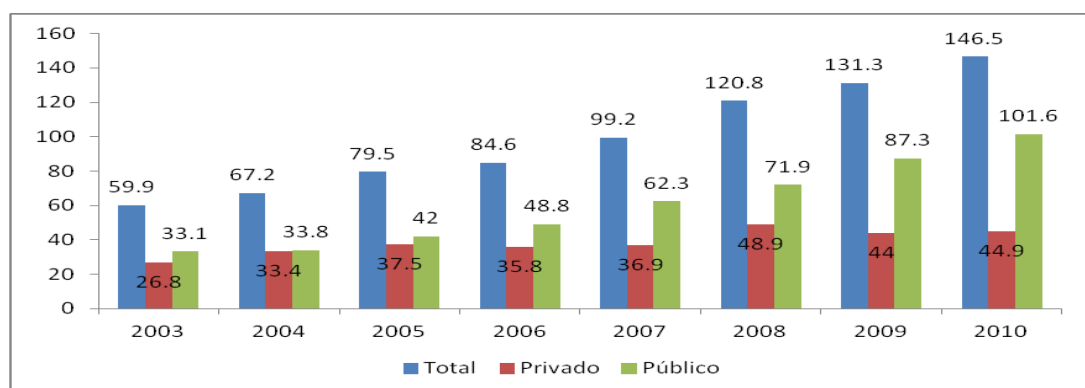


Gráfico 9 - Investimentos em infraestrutura em R\$ bilhões, a preços constantes de 2010.

Fonte: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Em virtude deste crescimento nos investimentos, por sua vez, tem-se constatado na economia brasileira o aumento dos empregos formais. Segundo o IBGE, a proporção de pessoas ocupadas com carteira assinada em relação ao contingente de ocupados saltou para 51,6% em 2010 (média anual). No mesmo sentido, a proporção de contribuintes para a previdência social em relação à população ocupada atingiu 69,2% nessa mesma base de comparação, o que revela maior proteção social para

²⁵ Entre 2003 e 2010 a formação bruta de capital (em % do PIB) para um grupo de países asiáticos, composto por China, Índia, Malásia, Coreia do Sul, Indonésia, Singapura e Tailândia, atinge a taxa de 29,18% do PIB.

mais trabalhadores²⁶. A taxa de desemprego aberto (% média anual) mensurada pelo IBGE, por outro ângulo, cai de 12,3% em 2003 para 6,7% em 2010.

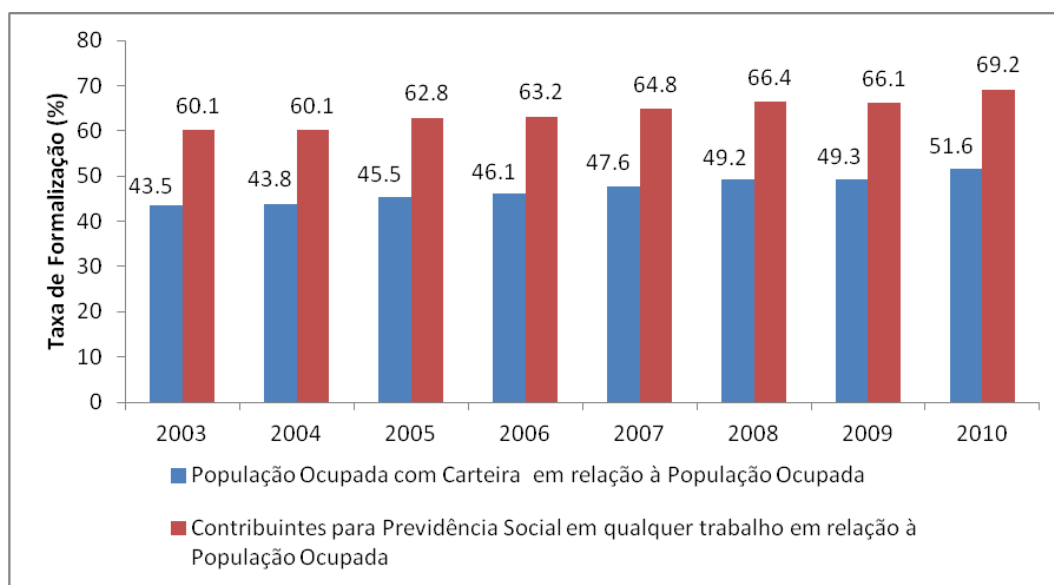


Gráfico 10 - Taxa de formalização do mercado de trabalho, Brasil 2003 – 2010.

Fonte: IBGE.

Esta melhora quantitativa e qualitativa do mercado de trabalho, associado a uma política de crescimento ainda maior do salário mínimo real – entre 2003 e 2010 o salário mínimo real teve uma variação acumulada de 66,39% frente a uma variação de 42,06% entre 1995 e 2002 – fez com que o rendimento médio real começasse a crescer. O crescimento do salário mínimo, deve ser dito, permite tanto o aumento das remunerações dos trabalhadores informais, uma vez que o piso maior para o mercado formal influencia os demais rendimentos das ocupações não formalizadas de acordo com a legislação em vigor, quanto a ampliação das transferências de renda indexadas a ele.

Estes fatores, em resumo, conduziram ao aumento da parcela salarial na renda e à continuidade de queda do índice de Gini²⁷. Não por coincidência, a taxa de pobreza e extrema pobreza apresentam acentuada queda apenas no período 2003 – 2010.

²⁶ Vale lembrar que o crescimento no número de carteiras assinadas possibilita mais décimos terceiros pagos e férias remuneradas, que correspondem a 1/3 do salário.

²⁷ Dois fatores adicionais, relacionados de certa forma à conjuntura internacional, contribuíram para a recuperação dos salários médios reais e da parcela salarial na renda. Isto é: a apreciação da taxa real de câmbio (o aumento dos salários reais em termos de bens *tradables*) e taxas reais de juros, em termos absolutos, mais baixas, em virtude dos já explicados *markups* anti-cíclicos (ver nota de rodapé 14).

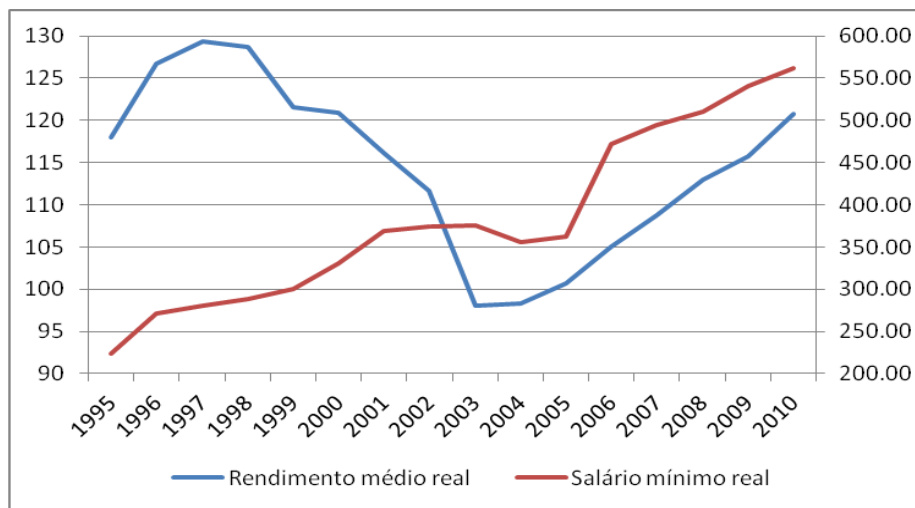


Gráfico 11 - Rendimento médio Real e Salário mínimo real

Fonte: IBGE e IPEADATA.

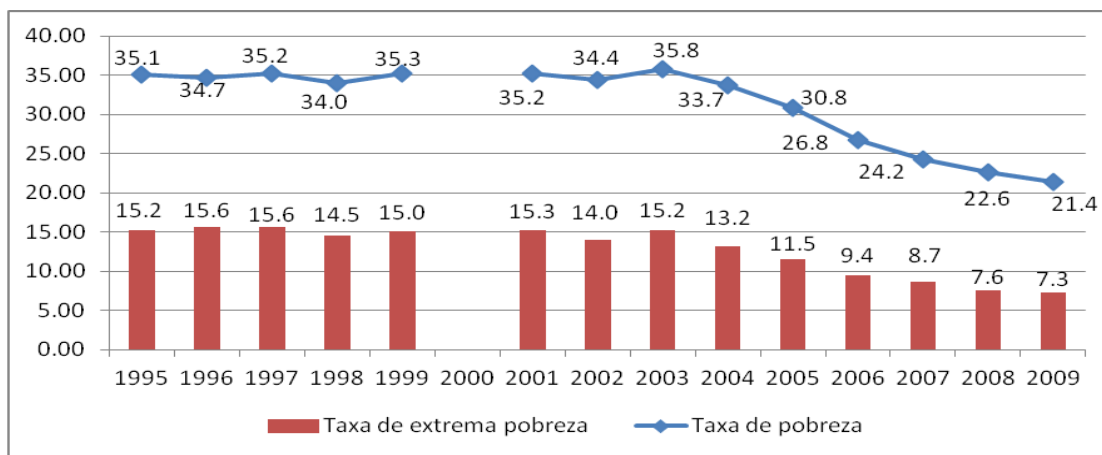


Gráfico 12 - Taxa de Pobreza e Extrema Pobreza

Fonte: IPEADATA.

O aumento da renda, com efeito, elevou o consumo, seja pelo próprio crescimento da renda média, como pela sua melhor distribuição, associada ao gasto público em transferências e salário mínimo²⁸. Não se pode esquecer, contudo, as limitações de se distribuir a renda via transferências. O que põe em xeque a sustentabilidade do consumo e a possibilidade de preservação do seu crescimento no futuro. Pois como afirma Ricardo Carneiro (2010, p.21-22): “As dificuldades de continuar melhorando a distribuição da renda por essa via são indiscutíveis. Desde logo, pelo alto patamar já alcançado por esse tipo de transferências e, conseqüentemente, pela disputa de recursos entre elas e outras despesas como, por exemplo, as pagas com aposentadorias ao funcionalismo público com clara inclinação regressiva. Ou, entre elas e os gastos públicos, propriamente dito, num contexto de carga tributária elevada”.

²⁸ Desde 2003 as operações de crédito em % do PIB cresceram mais de 20 p.p alcançando a marca de 46.4% em 2010.

Tabela 9 - Resultado do Governo Central em % do PIB, 2003 – 2010.

Em % PIB	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Bruta	21.0	21.6	22.7	22.9	23.3	23.6	23.2	23.0
Transferência para Estados e Municípios	3.5	3.5	3.9	3.9	4.0	4.4	4.0	3.8
Receita Líquida Total	17.4	18.1	18.8	19.0	19.3	19.2	19.2	19.2
Despesas Primárias	15.1	15.6	16.4	17.0	17.1	16.4	18.0	17.9
Pessoal e encargos	4.5	4.3	4.3	4.5	4.4	4.3	4.8	4.5
Transferência de Renda às Famílias *	7.2	7.6	8.1	8.4	8.5	8.1	8.9	8.7
Investimentos	0.3	0.5	0.5	0.6	0.7	0.9	1.0	1.2
Custeio com Saúde e Educação	1.6	1.7	1.8	1.7	1.8	1.7	1.9	2.0
Demais despesas de custeio	1.6	1.5	1.8	1.8	1.8	1.4	1.4	1.4
Resultado Primário	2.3	2.5	2.5	2.1	2.2	2.8	1.2	1.3

Fonte: STN/Ministério da Fazenda.

* Inclui benefícios previdenciários, abono, seguro-desemprego, benefícios assistenciais (LOAS e RMV) e Bolsa-Família.

Um ponto interessante à análise, portanto, diz respeito à diminuição de importância das transferências de renda para a redução da desigualdade brasileira recente. Neste sentido, Hofmann & Ney (2008) estudando a queda da desigualdade pessoal da renda entre 2001 e 2006 destacam a magnitude dos programas de auxílio do governo como, por exemplo, Bolsa-Família e Benefício de Progressão Continuada, para a redução da concentração pessoal da renda. De acordo com os autores (p.28), *“mesmo esse tipo de renda representando pouco mais de 2% da renda total, em 2006 ele responde por mais de ¼ da queda da desigualdade”*. Já o estudo coordenado por Neri (2010), ao avançar cronologicamente, aponta que embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo, a parcela devida ao trabalho entre 2003 e 2009 fica próxima ao expressivo crescimento de renda de 4,72% desta fase. Ou seja, o incremento médio de 4,61% ao ano da renda trabalhista por brasileiro (correspondente a 76% da renda média percebida pelo brasileiro), estaria conferindo nos últimos anos, segundo a pesquisa, uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais (p.15). Uma interpretação compacta destes dois estudos, por tais razões, leva ao gráfico 13. Nele é possível perceber a relevância do investimento e do emprego para a dinâmica do crescimento da renda e para a própria distribuição funcional da renda no período 2003 – 2009.

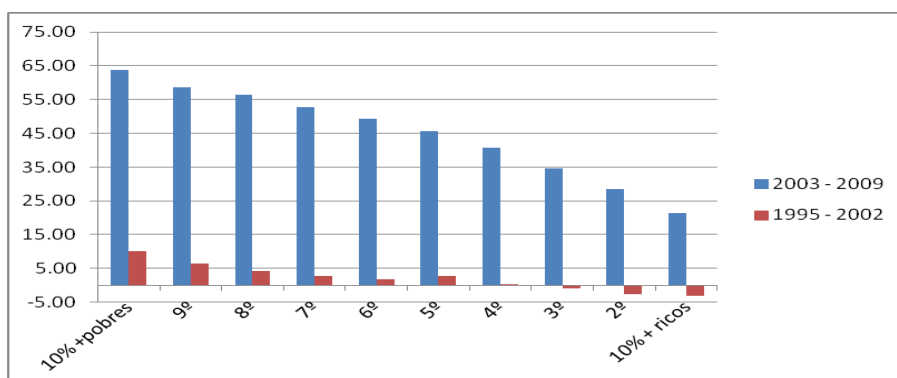


Gráfico 13 - Variação acumulada da renda domiciliar per capita por décimos de renda

Fonte: IPEADATA.

Ainda que a educação e a oferta de mão de obra especializada sejam prioridades nacionais pelo lado da oferta, o fato é que o Brasil precisa eliminar o, ainda alto, hiato de recursos humanos ociosos. O elevado nível de desemprego oculto, paralelo à elevada taxa de informalidade e a emigração de pessoas da classe média para os países ricos são demonstrações dessa necessidade. Neste sentido, a demanda por investimento se torna fundamental para o desenvolvimento econômico e para a redução da desigualdade econômica brasileira, em que pese toda a retórica do capital humano. É claro que a oferta tem de estar preparada para uma demanda de trabalho seletiva, sobretudo em um mundo altamente internacionalizado como hoje. Mas em economias capitalistas, como prova o cenário Europeu, de pouco vale ter uma sociedade altamente escolarizada se não ocorra a criação de postos de trabalho suficientes para que estas pessoas sejam empregadas.

A desaceleração dos países desenvolvidos diante da crise econômica mundial, e suas implicações na demanda global através do comércio, recolocaram e recolocam a importância do mercado doméstico como base para o crescimento. Coincidência ou não, justamente neste período, o Brasil abre os olhos para o papel da melhoria da distribuição funcional de renda no novo ciclo de crescimento econômico. Inevitavelmente, portanto, as expectativas acerca da *performance* econômica futura do país crescem. Crescem também os desafios, sobretudo, quando se observa o nível da parcela salarial no Brasil. Como se pode notar no Gráfico 14, raros são os países, dentre os da OCDE, que apresentam parcela salarial abaixo do nível brasileiro. Em verdade, a média destes países desenvolvidos se situa em cerca de 47% do PIB, o que demandaria ao país, no mínimo, uma elevação de 6 p.p.

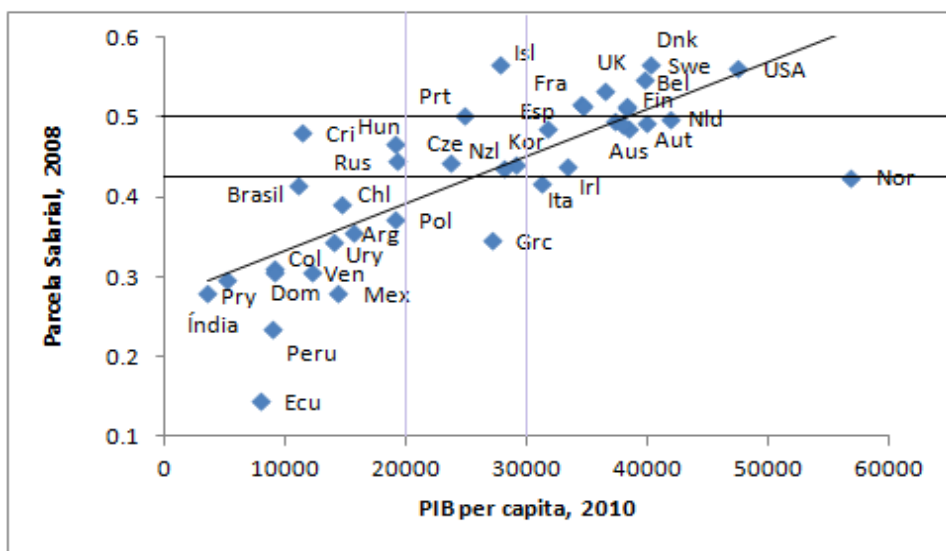


Gráfico 14 - Parcela Salarial na Renda e PIB per capita.

Fonte: World Development Indicators e MARQUETTI & FOLEY, 2011.

Vale lembrar também que, a despeito da franca ascensão do salário mínimo, seu valor continua aquém do necessário para atender os preceitos constitucionais. De acordo com o DIEESE, por exemplo, o salário mínimo necessário para o trabalhador suprir despesas básicas com alimentação, moradia, saúde,

educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, como determina a Constituição Federal, deveria girar em torno de dois mil Reais em 2010. Ao se exporem estes fatos, todavia, não se pretende desconstruir os avanços estabelecidos no país a partir da segunda metade da primeira década do Século XXI, mas apenas salientar o seguinte: em que pese toda euforia, por parte dos órgãos governamentais e da imprensa (nacional e internacional), o Brasil recém começou a engatinhar na solução de seu maior problema, isto é, a desigualdade econômica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os oito anos de governo Lula, como se espera ter demonstrado neste *paper*, muitas contradições se fizeram presentes, sobretudo quando se considera o histórico do Partido dos Trabalhadores. Estas contradições, entretanto, devem ser levadas em conta ao se fazer uma análise de conjuntura, dada a complexidade da tarefa. Como lembra o historiador Fernand Braudel [1976], uma boa análise de conjuntura deve ter em mente os desafios e os acontecimentos específicos do momento, em uma perspectiva de longa duração, em alerta ao movimento mais geral que rege a sociedade, isto é, percebendo aquilo que permanece e aquilo que se transforma. Dito de outra forma, qual seria a capacidade, ou incapacidade, do sujeito, individual ou coletivo, de intervir nos fatos, a despeito das forças estruturais que regem a sociedade?

Por boa parte do período 2003-2010 se presenciou uma melhora nos termos de troca, e um cenário internacional positivo em termos de liquidez, que estimularam a balança comercial brasileira e o próprio crescimento nacional. Passada esta bonança, contudo, e o problema da restrição externa se fez presente mais uma vez. De um modo geral, o conservadorismo em termos de política macroeconômica nestes últimos anos contribuiu para o ainda alto caráter rentista da economia brasileira; para a ausência de uma taxa de câmbio competitiva que lutasse de forma mais digna contra o fenômeno da desindustrialização; e por consequência, que lutasse contra a reprimarização da pauta de exportações, tendo em vista o fraco *link* entre as *commodities* e os ganhos de produtividade e o progresso técnico. Neste tocante cabe ainda destacar a ambígua relação comercial com a China, pois se as altas taxas de crescimento deste país garantem ao Brasil receita de exportações com matérias-primas, representam, também, uma crescente concorrência de manufaturas nos tradicionais mercados brasileiros. O que, considerando o nível de competitividade chinês, pautado em maior produtividade, baixos salários e taxa de câmbio desvalorizada, tende em longo prazo a subtrair mercados do Brasil. Estas características, portanto, representaram os pontos de estagnação do Governo, em que pesem as dificuldades estruturais do sistema.

Alguns avanços importantes, em contraste, foram realizados ao longo do governo, sobretudo a partir de 2005. Neste particular, procurou-se ressaltar a correlação positiva entre uma melhor distribuição da renda e o crescimento econômico. Em oposição à visão neoliberal, o governo, resgata a

ideia desenvolvimentista de que as transferências de renda não se esgotam apenas como mecanismo de combate à extrema pobreza, mas constituem também um instrumento de expansão da demanda agregada e da elevação dos salários reais. Ancorado, portanto, em ideias Kaleckianas o governo passa a aliar políticas focalizadas, como o Bolsa-Família, com uma intensa valorização do salário mínimo. Em verdade, a universalização desta última, pelo seu efeito multiplicador (incidindo sobre as aposentadorias e pensões), e seu impacto sobre o mercado de trabalho informal – “efeito farol” – reacende o consumo no país, o que, por conseguinte, eleva o investimento. Destaque também, para o esforço público em aumentar o investimento autônomo que, via emprego, faz crescer o rendimento médio real e proporciona bases mais sólidas no que tange à distribuição, pois insere o cidadão não apenas no mercado de consumo, mas no mercado de trabalho formal.

A partir do presente trabalho, por outro lado, poderia ser questionado em que medida este ciclo de crescimento da economia brasileira se faz sustentável. Isso porque, em virtude do aumento da dívida pública interna e das transferências públicas, é estreita a margem para elevações adicionais na carga tributária, que já se encontra em um patamar alto, dado o retorno dos serviços prestados à sociedade. Este fato limita um importante canal de redistribuição presenciado nas últimas décadas, e reforça a necessidade de maiores taxas de investimento para o aumento da parcela salarial na renda. Infelizmente, este não parece ser o caminho a ser tomado pela economia brasileira na segunda metade da década de 2010, tendo em vista o amplo ajuste fiscal anunciado pelo Ministro Joaquim Levy, fruto de restrições ao seguro-desemprego, suspensão dos repasses do Tesouro ao fundo que subsidia as tarifas de energia, aumento dos tributos sobre os combustíveis etc.

O artigo, por fim, avança na literatura econômica ao expor uma interpretação, no campo da economia política, do que vieram a ser ‘os oito anos de governo Lula’, algo que, tanto pela euforia existente quanto pelo seu caráter recente, carece de um maior número de análises críticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL. **Taxa natural de desemprego no Brasil**. Relatório de Inflação, Março, 129:133, 2008.

BÊRNI, Duilio de Avila. *Structural change in the Brazilian economy between 1959 and 2000*. XIII International Conference on Input-Output Techniques University of Macerata, Italy, August 21-25th, 2000.

BRAGA, Julia de Medeiros. **O atual regime de política econômica favorece o desenvolvimento?**. Texto para Discussão CEPAL-IPEA, 16, 2010.

BRAGA, Julia de Medeiros. **Raiz unitária, histerese e inércia: A controvérsia sobre a NAIRU na economia norte-americana nos anos 1990**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: **Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p.109-132.

CARNEIRO, Ricardo. **O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira**: oportunidades e riscos. Observatório da economia global. Textos Avulsos – nº 4 – Agosto, 2010.

CIMOLI, Mario; PORCILE, Gabriel & ROVIRA, Sebastián. *Structural change and the BOP-constraint: why did Latin America fail to converge?*. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, vol. 34(2), pages 389-411, March 2010.

CIMOLI, Mario & ROVIRA, Sebastián. *Elites and Structural Inertia in Latin America: An introductory Note on the Political Economy of Development*. *Journal of Economic Issues*, Vol.XLII, Nº2, June 2008.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: **Brasil**: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro, Fórum Nacional, 1997.

FAYNZYLBBER, Fernando. Industrialização na América Latina: da caixa preta ao conjunto vazio. Item 2, p.858-871, 1990. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

FERREIRA, Alexandre B. & JAYME JÚNIOR, Frederico G. **Metas de inflação e vulnerabilidade externa no Brasil**. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste & BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos lula. In: **Os anos Lula**: Contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p.35-69.

FREITAS, Alexandre L. **Uma interpretação heterodoxa sobre as relações de taxa de juros, câmbio e inflação no Brasil** - 1999/2005. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 31, p. 5-30, 2012.

IEDI. **Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, São Paulo, maio 2011.

IPEA. **Conjuntura em foco**. Número 18, ano 4, Março de 2012.

MACRINI, J. L. & SUMMA, Ricardo. **Estimando a curva de Phillips brasileira no período do Sistema de Metas de Inflação por Redes Neurais**. In: XIV Encontro de Economia da região Sul, 2011, Florianópolis. ANAIS DO XIV Encontro de Economia da região Sul, 2011.

MARQUETTI, Adalmir & FOLEY, Duncan. *Extended Penn World Tables: Version 4.0. Economics Department, New School, August, 2011*.

MARTINEZ, Thiago. & CERQUEIRA, Vinícius. **Estrutura da Inflação brasileira**: determinantes e desagregação do IPCA. Texto para discussão 1634 IPEA, Rio de Janeiro, Julho de 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento Econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, José Luis (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NERI, Marcelo. **A nova Classe Média**: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2010.

OREIRO, J. L. & FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), abr./jun. 2010.

POCHMANN, Marcio. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, J (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- ROWTHORN, R. & RAMASWAMY, R. Deindustrialization – its causes and implications. **Economic Issues**, v. 10, Washington, D.C.: IMF, 1997.
- SERRANO, Franklin. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol.30, nº1 (117), PP.63-72, janeiro-março, 2010.
- SERRANO, Franklin & FERREIRA, Sandra. Commodities, câmbio e inflação de custos no Brasil 1994 – 2009. **Revista versus Acadêmica**, Abril de 2010.
- SILVA FILHO, T. **Searching for the NAIRU in a large relative price shocks' economy**: the Brazilian case, BACEN, Working Paper Series, 163, 2008.
- SUMMA, Ricardo. Uma avaliação crítica das estimativas da curva de Phillips no Brasil. **Pesquisa e Debate**, SP, vol.22, nº 2 (40) pp. 157-183, 2011.
- VERNENGO, Matías. *The political economy of monetary institutions in Brazil: The limits of the inflation-targeting strategy, 1999-2005*. **Review of Political Economy**, 20 (1):95-110, 2008.